O ESTADO DE S.PAULO

Publicado em 22/10/2024 - 06:00

Reparação por Mariana prevê R$167 bi, com programa de renda e duplicação de estradas

9 anos do rompimento da barragem

Reparação por Mariana prevê criar fundos e fazer redistribuição de renda

Acordo no Brasil está em fase final de análise; Corte em Londres começou ontem a julgar ação movida pelas famílias das vítimas, mas conclusão ocorrerá só em 2025

BIANCA LIMA
BRASÍLIA

Um acordo de R$ 167 bilhões para reparação de danos decorrentes do rompimento da barragem do Fundão, em Mariana (MG), em 2015, que inclui R$ 100 bilhões a serem destinados ao poder público ao longo de 20 anos, está em fase final de análise, ao mesmo tempo em que se inicia em Londres um julgamento internacional de reparação. O **Estadão** obteve o detalhamento da proposta no Brasil, que inclui cinco fundos e um programa de redistribuição de renda.

Cada real a ser desembolsado pelas mineradoras Vale, BHP e Samarco pela catástrofe já tem destino certo, segundo a apresentação realizada pela Advocacia-Geral da União (AGU), à qual o **Estadão** teve acesso. Dentre as aplicações estão previstas a criação de um novo fundo administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e um programa de transferência de renda a pescadores e agricultores atingidos pela tragédia.

Há, ainda, investimentos de R$ 4,6 bilhões na duplicação de duas rodovias (BR-262 e BR-356) que cruzam os Estados do Espírito Santo e Minas e verbas para a Agência Nacional de Mineração.

Também está prevista a criação de outros quatro fundos: dois perpétuos (para saúde, de R$ 8 bilhões, e enfrentamento às consequências das enchentes, de R$ 2 bilhões) e dois ambientais, de R$ 14 bilhões, sendo um gerido pela União e outro, pelos Estados. A expectativa é de que o acordo seja assinado até o fim do mês. O primeiro pagamento, de R$ 5 bilhões, acontecerá em 30 dias.

Na semana passada, tanto a Vale como a mineradora BHP comentaram as linhas gerais do acordo, frisando que segue em negociação; as empresas, porém, citam montante maior do que o do governo: R$ 170 bilhões. A premissa do acordo é de que as companhias realizarão a maior parte dos pagamentos (R$ 100 bilhões) à União e aos Estados, que realizarão as políticas públicas e os repasses aos municípios.

DESTINAÇÃO DOS R$ 100 BILHÕES AO PODER PÚBLICO

AÇÃO	ÓRGÃOS/MINISTÉRIOS	VALOR, EM BILHÕES DE REAIS
PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS	ESTADOS DE MG E ES	17,85
SANEAMENTO	MCID, CC/PPI E ESTADOS DE MG E ES	11,00
FUNDO PERPÉTUO DA SAÚDE	MS E ESTADOS DE MG E ES	8,40
FUNDO AMBIENTAL DA UNIÃO	MMA, IBAMA E ICMBIO	8,13
INDÍGENAS E COMUNIDADES	MPI, MIR, MDA, FUNAI, ANATER E MPF	8,00
REPASSE AOS MUNICÍPIOS	CONSÓRCIO CORIDOCE	7,62
RETOMADA ECONÔMICA	MDS, MDA, MAPA, MME, MCTI E MEC	7,09
FUNDO AMBIENTAL DOS ESTADOS	ESTADOS DE MG E ES	6,00
FUNDO DA BACIA DO RIO DOCE	BNDES E SG/PR	5,12
DUPLICAÇÃO RODOVIAS	MT E ESTADOS DE MG E ES	4,60
TRANSFERÊNCIA DE RENDA	MDA E MPA	4,00
INFRAESTRUTURA DA SAÚDE	MS E ESTADOS DE MG E ES	3,60
REESTRUTURAÇÃO DA PESCA	MPA E ESTADOS DE MG E ES	2,50
FUNDO PERPÉTUO PARA ENCHENTES	ESTADOS DE MG E ES	2,00
MULHERES ATINGIDAS	MPS, DEFENSORIAS E MIN. MULHERES	1,00
AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO	MME/ANM	1,00
SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	MDS E MUNICÍPIOS DO RIO DOCE	0,64
RESSARCIMENTO À UNIÃO	MPA, MPS E INSS	0,50
ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE	SG/PR, MDA E ANATER	0,38

TOTAL: R$ 99,43 BILHÕES

FONTE: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Saiba mais

● Como é o julgamento em Londres?
As audiências começaram ontem com as declarações iniciais dos advogados de ambas as partes, que devem ir até quinta-feira. Nas três semanas seguintes, serão ouvidas as testemunhas da BHP Brasil. Tanto a empresa quanto o escritório de advocacia poderão dirigir perguntas sobre questões como o nível de controle que a BHP tinha sobre barragem, sua segurança e sua conduta após o colapso.

● Especialistas e recesso
Na sequência, será a oportunidade de especialistas em direito ambiental, societário e de responsabilidade civil, convidados tanto pela BHP quanto pelo PG, explicarem à juíza britânica como funcionam as leis brasileiras. Depois de um recesso de fim de ano, as audiências serão retomadas por quatro dias em janeiro, com especialistas de geotecnia, que vão explicar detalhes técnicos relativos ao incidente.

● Finalização
As audiências se encerram com a sustentação oral dos advogados dos autores e da BHP, o que deve ocorrer entre 24 de fevereiro e 5 de março. A previsão é de que a juíza leve até três meses para divulgar uma decisão (com informações da Agência Brasil).

Obrigações da ordem de R$ 30 bilhões, porém, seguirão sob responsabilidade das mineradoras. Um terço disso diz respeito às indenizações diretas aos atingidos. Serão R$ 30 mil aos atingidos em geral e R$ 95 mil a pescadores e agricultores. A expectativa é de que 300 mil pessoas sejam contempladas. Elas também serão elegíveis a um pagamento de R$ 13 mil por danos à água. Outros R$ 37 bilhões já foram desembolsados pelas empresas ao longo dos últimos nove anos via Fundação Renova.

Há, porém, críticas do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). "Trata-se de valor baixo para ser repartido em duas décadas." O grupo ainda discorda do valor das indenizações individuais.

BNDES. Batizado de Fundo Popular da Bacia do Rio Doce, o novo fundo do BNDES receberá R$ 5,1 bilhões e estará atrelado à Secretaria-Geral da Presidência. O objetivo será investir em "projetos de retomada econômica e produtiva por deliberação direta das comunidades atingidas, em áreas por elas consideradas prioritárias". "Serão sete áreas de acesso ao fundo, que vão desde economia solidária a ações de esporte, lazer, recuperação econômica e saúde", afirmou o ministro da Secretaria-Geral, Márcio Macêdo.

Os Ministérios da Pesca e Aquicultura (MPA) e Desenvolvimento Agrário (MDA) ficarão responsáveis pelo novo programa de transferência de renda, cujos benefícios serão pagos por até quatro anos, começando com 1,5 salário e passando para 1 salário mínimo nos últimos 12 meses.

JULGAMENTO. Ontem, teve início o julgamento em Londres sobre a tragédia de Mariana, que tem valor previsto de até R$ 260 bilhões, em um dos maiores júris coletivos ambientais do mundo. Há ainda um contexto conturbado com o Brasil, incluindo uma disputa no Supremo Tribunal Federal.

Em nota, a mineradora BHP diz trabalhar com as autoridades e outras partes "buscando soluções para finalizar um processo de compensação e reparação justo e abrangente, que mantenha os recursos no Brasil para as pessoas e o meio ambiente brasileiro atingidos". "A BHP continua com sua defesa na ação judicial no Reino Unido, que duplica e prejudica os esforços em andamento no Brasil", frisou a multinacional.

Apesar de o julgamento ocorrer na Inglaterra, a base da análise da Corte de Londres será a legislação ambiental e civil brasileira. A previsão é de que a análise dure até março (*mais informações nesta página*), entre depoimentos, sustentações orais, apresentação de evidências e testemunho de especialistas diversos.

Essa ação teve início em 2018, quando cerca de 620 mil vítimas entraram com a ação. O foro escolhido foi a Inglaterra, pelo fato de ser o País onde a multinacional BHP estava listada na Bolsa de Valores. A empresa participava da Samarco – consórcio mantido com a Vale, responsável pela barreira que se rompeu. Em julho de 2022, a Corte se declarou competente para julgar o caso.

STF. No Brasil, o Supremo Tribunal Federal delibera se municípios podem participar de ações judiciais no exterior. O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) pediu que a Corte máxima vete tal possibilidade, sob alegação de que as cidades buscam "fugir" do regime constitucional brasileiro.

Retomada econômica
Batizado de Fundo Popular da Bacia do Rio Doce, o novo fundo do BNDES terá R$ 5,1 bilhões

Na movimentação mais recente, o ministro Flávio Dino proibiu municípios com ações judiciais no exterior, como Mariana, de pagar honorários aos escritórios estrangeiros que os representam nas ações fora do País. Segundo o ministro, é necessário que a Corte máxima examine os pagamentos, considerando as "consequências para parcela do patrimônio público nacional".

Na prática, a decisão não afeta os representantes de Mariana no exterior, tampouco o julgamento que teve início nesta segunda. O escritório que representa as vítimas do desastre na Inglaterra, o Pogust Goodhead, só vai receber caso vença a ação – aliás, outra das críticas de Dino foi à vinculação entre resultado e ação. A banca também atua nos casos de Brumadinho e do afundamento de alguns bairros em Maceió. ● COLABOROU PEPITA ORTEGA

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole **Caderno:** A **Pagina:** 15

Copyright © Clipclap 2025.